



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPTAÇÃO AGRICULTURA FAMILIAR

Prefeitura Municipal de Canguçu
Estado do Rio Grande do Sul

001
C03P

PORTARIA Nº 016/2020

“DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

RESOLVE:

- ART. 1º** - Determinar a abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** para apurar os fatos relatados no Relatório da Comissão da Sindicância Investigativa, parte integrante desta Portaria na forma de anexo, instaurada para apurar a conduta de servidores que atuavam no Sistema de Inspeção Municipal - SIM, conforme portaria 295/2019, 20.11.2018, que ao final sugeriu e esta gestão deliberou no sentido de abertura deste Processo Administrativo Disciplinar, envolvendo o servidor público municipal **LUÍS GONZAGA PADILHA PINTO**, ocupante do cargo de Médico Veterinário, matrícula nº 8574-0, por possível descumprimento dos deveres funcionais, previstos no inciso IX do art. 169 da Lei 2239/2003, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canguçu-RS.
- ART. 2º** - A comissão deverá apurar os fatos, com o levantamento completo da situação relatada, de acordo com as informações descritas no artigo 1º, bem como os documentos que integram esta Portaria; em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, apurar a responsabilidade do servidor, utilizando todos os meios cabíveis e legais, levando em conta os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, para elucidar o fato de forma clara e conclusiva.
- ART. 3º** - A Comissão nomeada pelas Portarias nºs 079/2017, de 01.02.2017 e 319/2018, de 19.12.2018, que designa Membros Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, cujos membros titulares são: **RODRIGO THOMPSEN LARANGEIRA**, Advogado, matrícula nº 8911-7, **KAUANE DIAS SOARES PEDROSO**, Auxiliar de Administração nº 50125-5, e **CAREM ELUZA BRAGA QUINTANA**, Auxiliar de Administração, matrícula nº 08805-6 terão um prazo de 60 (sessenta) dias para realizar o Processo Administrativo Disciplinar, a qual deverá, obrigatoriamente, constar relatório circunstanciado e conclusivo.
- ART. 4º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
CANGUÇU/RS, 14 DE JANEIRO DE 2020.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
PATRIQUE PINHEIRO GOULART
Secretário Municipal de Gestão em Substituição

SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA
RELATÓRIO DA COMISSÃO

Senhor Prefeito Municipal:

A Comissão de Processo e Sindicância Administrativa designada para apurar os fatos apontados na Portaria nº 295/2018, sobre possível erro ocorrido a aprovação de rótulo de embalagem por parte da Inspeção Municipal no que toca à composição de miúdos (moela de galinha), vem apresentar o relatório final nos termos a seguir expostos:

PRELIMINARMENTE:

O processo transcorreu regularmente, não havendo incidentes ou nulidades. Com efeito, observo que o prazo inicial expirou, todavia a de se considerar a complexidade do feito e a jurisprudência acerca do assunto, especialmente emanada do Supremo Tribunal Federal – STF, entende que o processo administrativo pode ultrapassar o prazo, não havendo prejuízo, exceto a cessação de eventual concessão de liminar nele deferida, situação que sequer ocorreu no caso concreto.

DOS FATOS APURADOS E DA PROVA:

A presente sindicância foi aberta em razão de memorando feito pelo Secretário Municipal de Gestão, em razão de situação ocorrida durante operação de “Força Tarefa” de Segurança Alimentar do Ministério Público, envolvendo servidores desta municipalidade em razão de eventual erro ocorrido na aprovação da composição do produto por parte do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), uma vez que alguns desses produtos estariam em suposto descompasso com a descrição do rótulo do mesmo.

Conforme relatado, durante a referida ação foi apreendido produto comercializado em razão do mesmo conter em sua composição 15% de moela, o que segundo a fiscalização estadual estaria em desacordo com a legislação.

O SIM manifestou-se relatando que houve apreensão de alguns produtos, devido ao uso de moela, não permitido pela legislação, porém não houve interdição do estabelecimento, havendo falha do responsável técnico e do SIM na aprovação o rótulo.

No depoimento do Sr. Sandro Morales Manetti, fiscal sanitário, relatou que observou a força tarefa constatar que um estabelecimento comercial estava vendendo linguiça com ingrediente proibido pela legislação federal, porém a mesma não teria sido aprovada pelo SIM. O

OCB
CEB

depoente esclareceu que tal irregularidade extrapola sua competência, somente no que tange ao rótulo e temperatura, sendo a análise dos ingredientes tocando ao veterinário. Que foi chamado o veterinário responsável pelo pela inspeção e a fiscalização retirou do comércio algumas carnes de rês e de porco.

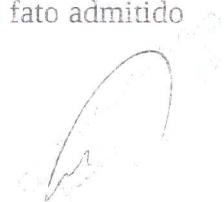
Carla Josiane, também fiscal sanitaria, disse houve autuação no comércio ILC, no que toca a temperatura de conservação de alimentos, alguns que estavam resfriados deveriam estar congelados e alguns que deviam estar resfriados estavam em temperatura ambiente. Ao ser questionada se houve alguma constatação de irregularidade por parte da inspeção municipal, relata que sim, porque a vigilância estadual constatou a presença de alguns ingredientes descritos no rótulo de alguns produtos proibidos pela legislação, mas que teriam sido aprovados pelo órgão municipal, sendo os mesmos apreendidos. Anexou cópia do laudo de avaliação técnica pericial e o auto de infração, o qual confirmou que haviam produto de origem animal impróprios ao consumo humano (miúdos não permitidos), nocivos à saúde pública, devido à falta de controle oficial.

Chamada a prestar depoimento, Daniela dos Santos Lima, fiscal sanitaria, disse que faz parte do SIM, que o mesmo somente foi de fato formalizado em novembro de 2018, sendo o mesmo composto por dois médicos veterinários e três técnicos agropecuários. Que o produto apreendido durante a força tarefa tinha rótulo “antigo”, de 2010, anteriormente ao ingresso da depoente no quadro.

O Sr. Luís Gonzaga Padilha Pinto, médico veterinário, lotado no SIM, recebendo inclusive gratificação por chefia desse serviço, o qual possui atribuição de licenciar e inspecionar produtos de origem animal produzidos e comercializados no município de Canguçu, sendo um dos níveis de fiscalização, os outros seriam federal e estadual. Que no dia da diligência da força-tarefa foi chamado em razão de uma suposta irregularidade no rótulo de um produto alegado pela dona de uma comércio. Que o depoente acredita que a presença da moela não é danosa à saúde, desde que a mesma esteja cozida. Também crê que tenha havido um erro no rotulo, se a moela deveria estar fresca ou cozida, sendo a primeira imprópria para consumo. Que a legislação federal autoriza a utilização de vísceras cozidas na produção. Que na época não era coordenador do SIM. Que a partir de 2018 todos os rótulos são analisados e carimbados.

Assim, a partir da prova aqui produzida, resta indubitável que haviam mais de uma irregularidade no estabelecimento comercial onde foram encontrados produtos irregulares, não sendo esta a única irregularidade, uma vez que também foram constatadas outras no que tange às condições de resfriamento/congelamento do alguns produtos.

Todavia, tal fato não exime o órgão municipal de responsabilidade quanto ao rotulo do produto, posto que comprovadamente houve falha da fiscalização, sendo tal fato admitido



004
ce3p

tanto pelo depoimento de Luís Gonzaga quanto na manifestação escrita do SIM, qualificando tal fato como incontroverso.

Assim, resta evidenciada a responsabilidade da administração, posto que esta possui dever de fiscalização, todavia ressalte-se que este não foi o único motivo de reprimenda ao estabelecimento comercial em comento, na ação das instituições estaduais, não podendo tal fato representar razão para alegação de eventual prejuízo oriundo de eventual erro da fiscalização municipal.

Porém, em havendo dissonância entre o produto e o rótulo, oriunda da fiscalização do SIM, ainda que o depoente Luís Gonzaga afirme que presença da moela não é danosa à saúde, desde que a mesma esteja cozida, não havia tal especificação no rótulo.

Deste modo, opina-se pela necessidade de abertura de processo administrativo disciplinar em desfavor de Luís Gonzaga Padilha Pinto, Chefe do Serviço de Fiscalização Municipal, por descumprimento do dever de zelo e dedicação às atribuições do cargo, conforme transcrição abaixo:

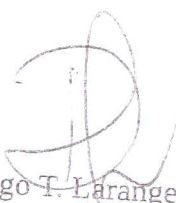
Art. 169: São deveres dos servidores:

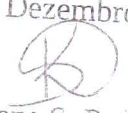
(...)


IX – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, bem como pela economia e conservação do material sob sua guarda e do Patrimônio Público;

Ao Sr. Prefeito Municipal para decisão.


Canguçu, 17 de Dezembro de 2019.


Rodrigo T. Larangeira
Presidente da Comissão


Kauane S. Pedroso
Secretaria da Comissão


Carem B. Quintana
Membro da Comissão

Arq. Administrativo
- P/ Assessor de P.A.S.
Prestar as ordens.
26/12/19
C.F.E.


Vinícius Pegoraro
Prefeito Municipal
Canguçu - RS
27/12/19

